



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO VINTE E DOIS (2017-2021) DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 25 DE
SETEMBRO DO ANO DE 2020.** _____

_____ Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pelo Primeiro Secretário Carlos Batista e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira. _____

_____ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

_____ Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quarenta e cinco minutos. _____

_____ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal António Marques da Costa Pinto, Casimiro Alves Martins Loureiro, Ana Isabel Abrantes Ribeiro e Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes tendo sido substituídos, nesta sessão, por Sónia Marisa Freitas Nascimento, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José de Figueiredo Castanheira e Cilene Gomes Lindinho, respetivamente. _____

_____ A Assembleia Municipal estava constituída pelos vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Cilene



Gomes Lindinho, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Sónia Marisa Freitas Nascimento, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. _____

_____ **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.**

_____ Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores Ana Cristina Silva Sousa Borges e Toni Serge Costa Ribeiro. Faltou o Vereador António Óscar de Almeida e Paiva. _____

_____ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção para apresentar cumprimentos. De seguida, em virtude da ausência da primeira secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro, convidou o membro desta Assembleia Municipal Carlos Batista para ocupar o seu lugar na mesa. De seguida, deu informação pormenorizada sobre as precauções que iriam ser tomadas, devido às contingências da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente na disposição do plenário e aquando do uso da palavra, em que se irá proceder à desinfeção do púlpito e do microfone, encontrando-se uma trabalhadora da autarquia especialmente afeta a essa tarefa. Quanto à disponibilização de água, que era comum fazer-se em pleno Salão Nobre, a mesma será feita com o recurso a uma máquina existente na ala do piso em frente ao Salão Nobre. _____

_____ Prosseguiu a sua intervenção, dando conhecimento de ter estado presente na comemoração do octogésimo quinto aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato. Disse não ter estado presente no Congresso Nacional das Associações de Assembleias Municipais, por precaução, devido à pandemia da doença COVID-19. Informou, também, que, no próximo dia treze de outubro



de dois mil e vinte, será realizada nas instalações municipais, perante a Mesa da Assembleia Municipal, a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. _____

_____ Concluiu a sua intervenção referindo que, de acordo com o expediente rececionado, tinha sido elaborada a ordem do dia, a seguir transcrita, cuja documentação de apoio foi disponibilizada nos termos acordados: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ 3. **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS** _____

_____ 3.1 DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3.2 DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3.3 DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA SAÚDE. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 4. **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES** _____

INTERMUNICIPAIS

—DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

5. MAPA DE PESSOAL

—1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2020. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

6. PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS

—APOIO À NATALIDADE – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

—ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —

—De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: —

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA

—1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. —

—**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE.** —

— O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia dezanove de junho de dois mil e vinte, se encontrava em condições de ser votada e aprovada. —

—Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia dezanove de junho de dois mil e vinte, foi aprovada por maioria, com três abstenções dos membros desta Assembleia Municipal, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Sónia Marisa Freitas Nascimento e Cilene Gomes Lindinho e dezassete votos a favor dos restantes



membros. _____

_____ **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal informou que o projeto da ata desta sessão iria ser enviada para os membros e será aprovada na próxima sessão deste órgão deliberativo. _____

_____ **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, informando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias, e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejassem. De seguida, referenciou dois ofícios que foram emanados pelo Grupo Parlamentar da Assembleia da República “Os Verdes” onde se questionavam assuntos da região. Deu também nota de uma ação de inspeção que ia ser levada a cabo pela Inspeção Geral da Agricultura Mar Ambiente e Ordenamento do Território na zona, relativa ao cumprimento da legalidade nesta área. _____

_____ Da correspondência recebida tinham sido rececionados dois pedidos de aditamento à ordem do dia, pedidos esses que se mostram exequíveis nos termos do disposto na parte final do número um do artigo quinquagésimo, anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se todos estavam de acordo relativamente ao aditamento, tendo este aditamento merecido aprovação unânime. _____

_____ Os pontos, a seguir transcritos, constituirão os números sete e oito na sua apreciação, passando o espaço destinado à intervenção do público a ter o número nove: _____

_____ **7. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS** _____

————— CONTRATO INTERADMINISTRATIVO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADO CARREGAL DO SAL. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

————— **8. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS** —————

————— FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO DOUTO TRIBUNAL DE CONTAS. CUMPRIMENTO DO Nº 2, DO ARTIGO 51.º, DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

————— Referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção e poder de síntese no uso da palavra, aquando das intervenções, para a celeridade necessária e o bom andamento dos trabalhos. —————

————— **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** —————

————— De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este espaço, especialmente destinado à intervenção dos membros da Assembleia, aceitando inscrições: —————

————— *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Apresentou cumprimentos. Iniciou a intervenção alertando para o aumento de casos diários COVID-19 que se estava a verificar nos concelhos vizinhos, assim como alguns casos no nosso concelho, questionando o senhor Presidente da Câmara se havia algum plano de contingência ou se estavam previstas medidas a implementar no combate à COVID-19. —————

————— De seguida, registou a falta de capacidade para captação de empresas que se pudessem instalar no nosso concelho, nomeadamente pequenas e médias empresas, à semelhança do que se verificava em alguns dos concelhos limítrofes. Quis saber ainda se havia algum plano para aumentar e/ou melhorar os parques industriais do concelho. Lançou a ideia da criação de um pólo sede de empresas, as denominadas start-up, empresas emergentes que nascem do empreendedorismo dos nossos jovens. —————



——— *Francisco Azevedo da Silva* – Apresentou cumprimentos. Iniciou a intervenção felicitando o munícipe que, por iniciativa própria, construiu, na zona de Currelos, um banco que tem uma magnífica vista para o Rio Mondego, tendo classificado a ideia como muito positiva. Este miradouro localiza-se numa zona muito bonita do nosso concelho o que tem motivado a deslocação de muitos Carregalenses àquele local, deixando um convite à autarquia no sentido de poderem ser criados novos miradouros noutros lugares do concelho. _____

——— Outra questão que o tinha motivado a usar da palavra era a situação que se passava na ex- Estrada Nacional duzentos e trinta e quatro, na Avenida da Estação, em Oliveirinha, que se prolonga até ao Pingo Doce, onde se verificavam, com regularidade, corridas de automóveis que colocavam em perigo a segurança de pessoas e bens. Acrescentou que era do seu conhecimento que a Guarda Nacional Republicana já tinha conhecimento de tais corridas e apelou à intervenção do senhor Presidente da Câmara, se possível. _____

——— A última questão que comentou foi a do Orçamento Participativo. Referiu que também este ano não tinha sido implementada a votação presencial, situação que colocava dificuldades de participação a algumas franjas da população, já que nem todos os munícipes têm acesso ao telemóvel ou ao computador, ficando assim privados de exercerem o direito de voto. Esta votação poderia ser realizada, em cada uma das sedes de freguesia. Reiterou que este modelo de votação era aquele que melhor poderia garantir uma maior participação dos munícipes. _____

——— Ainda no âmbito do Orçamento Participativo partilhou a sugestão de serem criados dois orçamentos: um seria o Orçamento Participativo institucional direcionado para as Juntas de Freguesia e Associações do Concelho; o outro seria direcionado para

peças individuais. Com esta sugestão disse pretender não desvirtuar o conceito inicial da criação do orçamento participativo. _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Apresentou cumprimentos e dirigiu o primeiro reparo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que tendo esta sessão sido marcada com tanta antecedência não entendia porque, nas quarenta e oito horas que antecederam a sua realização, foram recebidos ainda aditamentos à ordem de trabalhos. Reconhece a legalidade do procedimento, mas, no caso em apreço, denota alguma falta de organização, tanto mais quando se trata de aditamentos que são acompanhados de uma volumosa informação. _____

_____ O tema seguinte versou a recolha do lixo. Disse que tinha visto várias fotografias de contentores do lixo que estavam a extravasar, situação que o levou a questionar o Executivo acerca dos motivos para tal se estar a verificar.

Sobre a Casa do Passal recordou ao senhor Presidente da Câmara uma informação que tinha proferido, há já bastante tempo atrás, quando disse que a inauguração da obra estava prevista para finais de dois mil e dezanove. _____

_____ De seguida, recordou que o Executivo já estava em funções há sete anos, devendo ser feita uma resenha dos últimos três anos, ou então dos últimos sete, questionando que obras emblemáticas foram realizadas. Referiu a obras no Parque Alzira Cláudio, no Jardim Dr. Manuel da Costa e obras que tinham transitado da anterior gestão camarária. _____

_____ Disse estar com falta de memória relativamente a grandes obras, porque, de facto, obras marcantes que este Executivo tenha feito nestes sete anos, se calhar os carregalenses têm alguma dificuldade em as identificar. _____

_____ Prosseguiu, referindo-se à instalação dos ecopontos, que apenas foram colocados na Vila de Carregal do Sal. _____



—————Em modo de síntese, referiu que entre as linhas orientadoras do programa eleitoral do Partido Socialista, de que leu alguns excertos, nomeadamente os “quatro pilares” que aí são referidos, e o que de facto foi executado havia uma grande discrepância. —————

—————Reconheceu que a dívida tinha diminuído. No entanto, foi contraído recentemente um empréstimo para a realização de novos projetos. A requalificação das ETAR’s, que inicialmente eram para serem seis, mas, na sua opinião, nem uma estaria requalificada até ao final do mandato. —————

—————Houve fracasso na criação de emprego. —————

—————Relativamente à articulação com as Freguesias comentou também o atraso no arranque das obras, no âmbito do Orçamento Participativos de dois mil e dezoito, a serem levadas a efeito em Cabanas de Viriato, mas que só agora iam ter o seu início. —————

—————Para concluir citou uma passagem do programa do Partido Socialista: “Encontrámos uma Câmara amorfa, sem estratégia, sem projetos, sem rumo e sem ambição”. —————

————— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Apresentou cumprimentos. Começou por referir que a sua intervenção ia incidir sobre quatro pontos acerca dos quais gostaria que o Executivo prestasse esclarecimentos. —————

—————Para começar pretendia saber qual o motivo por que se encontravam encerradas as piscinas municipais e, para quando, estava prevista a sua reabertura. —————

—————Pretendia também saber se havia alguma data prevista para a reabertura do Centro Cultural e se está programada a realização de espetáculos ou outro tipo de atividades. —————

———No terceiro ponto visou o sistema de ar condicionado do “Centro Educativo”. Informou que era do seu conhecimento que o sistema de ar condicionado era para estar a funcionar no início das atividades letivas, mas tal não se verificava. Acrescentou que os “miúdos” se queixavam que as salas estavam quentes daí questionar o porquê do planeamento estar a falhar. —————

———Falou depois do que considerou ser o mais chocante e melindroso. Na verdade, durante toda a semana tinham faltado refeições para algumas das crianças que frequentam o “Centro Educativo Nuno Álvares”. Esclareceu que estava a falar de crianças que estavam a chegar ao refeitório por volta das treze horas, cheias de fome e que simplesmente não havia comida para lhes ser servida, sendo como alternativa sido servido massa sem sal, acompanhada por um rissol; quando deu o toque de entrada os alunos ainda estavam a comer. Mesmo no dia de hoje obtive a informação que o almoço não tinha corrido bem, a comida que foi confeccionada voltou a não chegar o que motivou terem que cozer arroz. Também a sopa não chegou para todos os alunos, sem sequer havendo alternativa. Além da falta de comida, eram distribuídos, como modo de recurso, para acompanhamento, essencialmente fritos (rissóis croquetes, nuggets) que eram confeccionados à pressa e, além disso, mal confeccionados. Não estava em causa apenas a quantidade, mas também a qualidade. —————

———Era necessário o Executivo reconhecer que o serviço que estava a ser prestado era de má qualidade pelo que, deveria ser substituído por outro que salvaguardasse a qualidade, nem que isso implique aumento de custos.

———A concluir lançou o repto para que o valor que foi liquidado pelos encarregados de educação, relativo às refeições que foram mal servidas, lhes fosse devolvido. —————

———*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Iniciou a intervenção dizendo que desde março vivemos uma realidade marcada pelo receio, pelo medo e pelas medidas de



combate à COVID19 e que os impactos têm sido grandes, nos diversos setores da economia, no acesso à saúde, na sobrevivência das famílias e também no movimento associativo. No âmbito do associativismo concelhio, não ignorando a importância de todas as associações, gostaria, contudo, de salientar, pelas suas especificidades, a Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato, a NACO e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, coletividades cujas atividades e serviços que prestam à comunidade deixaram de ser prestados, ou foram prestados de forma condicionada, situação que reduziu a obtenção de receitas mantendo-se, no entanto, as despesas. —

———Dado o trabalho relevante na valorização da identidade e na cultura do concelho do Movimento Associativo, questionou o Executivo acerca da decisão que iam tomar, ou se é que já não tinham tomado, relativamente ao apoio financeiro suplementar a estas associações.———

———De seguida, questionou se a verba de cento e quarenta mil euros constantes do orçamento, destinada ao programa cultural municipal, onde julgava estarem incluídas as Festas do Concelho, ou as Festas da Vila, que não se tinham realizado, não poderia e deveria ser utilizada para um apoio suplementar às associações do concelho.———

———Ainda no âmbito dos apoios teve conhecimento que, dois dias antes das comemorações do octogésimo quinto aniversário dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de viriato, tinha sido feita uma transferência de doze mil e quinhentos euros por parte da Câmara Municipal para fazer face à diminuição de receitas e às despesas acrescidas durante este período de confinamento. Para espanto de todos, na quarta-feira seguinte, dia dezasseis de setembro, foi rececionado um email da Divisão Financeira a solicitar o reembolso deste valor, sem qualquer explicação.———

———Proseguiu, para lembrar ao Presidente da Câmara que um dos pilares em que assentava a sua candidatura era o da organização e rentabilização dos recursos humanos e o que se verificava era a degradação deste pilar, pois as falhas e os problemas constatam-se cada vez mais nos serviços desta Câmara, nomeadamente na secção de obras. —————

———A par da morosidade, nota-se falta de vontade em agilizar e procurar soluções para os problemas o que se traduz, algumas vezes, na desistência, ou na pouca vontade, dos particulares realizarem obras e investirem, pois os serviços em vez de criarem dificuldades e obstáculos deveriam, de forma célere, procurar soluções para os problemas, salientando que a imagem do Concelho está a ser denegrada pelos serviços, em especial pela secção de obras. —————

———*Isabel Clara Amaral Teixeira* – Apresentou cumprimentos. Referiu a preocupação que todos temos com o COVID-19, pretendendo saber se a Câmara Municipal já tinha emitido algum comunicado sobre o assunto, tendo sido informada que o comunicado tinha sido emitido neste dia. —————

———Questionou se estávamos preparados para a segunda vaga, manifestando a necessidade de se verificar contenção nas deslocações ou visitas às localidades, de modo a podermos conter a doença. —————

———Disse ainda que o Executivo tinha prestado mais atenção à sede do Concelho do que às restantes Freguesias, lançando um repto ao Executivo para, depois de ultrapassados os constrangimentos do momento, fazerem visitas às diversas localidades do Concelho, acrescentando que se o Carregal é importante as outras Freguesias também eram. —————

———De seguida, referiu-se às florestas fazendo alusão ao incêndio de há três anos atrás, indicando a impossibilidade de circular em alguns caminhos florestais devido às



árvores caídas, um pouco por todo o lado, e à proliferação de vegetação sobretudo eucaliptos. Referiu também a necessidade de se criarem pontos de água. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Apresentou cumprimentos. Informou que ia tratar dois temas: o início do ano letivo e o ato eleitoral para as CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais. _____

_____ Relativamente ao início do ano letivo começou por afirmar que a escola era a espinha dorsal da sociedade, considerando a sua importância para o debelar das desigualdades sociais, sendo a não frequência das aulas uma penalização para os mais vulneráveis. Assim, destacou a importância do regresso à escola no ano letivo de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, bem como o regresso ao trabalho de muitas famílias. Por sua vez, o regresso à escola e ao trabalho, passou a proporcionar um maior contacto físico entre as pessoas o que potenciava a difusão do vírus na comunidade. Neste contexto realçou a importância da identificação dos casos, o mais precocemente, como meio de prevenção de modo a permitir quebrar as cadeias de transmissão e assim conter a evolução da pandemia. Como medida de prevenção referiu, também, a importância dos testes regulares, dentro e fora do contexto escolar, no período do inverno, de modo a identificar os sintomas com a patologia que os pacientes apresentavam, minorando a pressão sobre os serviços de saúde. Deixou um apelo às entidades competentes para garantirem uma articulação entre os agrupamentos escolares e os postos de saúde locais, as autarquias e a saúde pública, de modo a terem a capacidade de realização de testes rápidos a professores, alunos e assistentes operacionais em qualquer momento do ano letivo. _____

_____ De seguida, referiu-se ao ato eleitoral que ia ter lugar no dia treze de outubro, onde autarcas de todo o país iam eleger o presidente e um vice-presidente de cada CCDR –

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, embora nenhum autarca tenha sido eleito com tal competência. Relativamente à data da realização do ato – próximo de outros atos eleitorais – referiu que tal enfraquecia a legitimidade do processo, estando a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com o Partido Socialista e o Partido Social Democrata a distribuírem cargos de presidente nas várias CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, num processo que de democrático tinha muito pouco. Continuou afirmando que tal ato não era mais do que um bloqueio à regionalização consagrada na Constituição de mil novecentos e setenta e seis. Acrescentou que a eleição de treze de outubro próximo era desconforme à descentralização democrática, prevista na constituição, com a atribuição de competências e meios a órgãos regionais democráticos, com legitimidade própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente.—————

—————*Carlos Alexandre Pais Baptista* – Apresentou cumprimentos. Disse que não podia deixar de responder à intervenção do membro da Assembleia Manuela Campos porque tinha colocado em causa a capacidade dos funcionários/trabalhadores do Câmara, facto este que o forçou a ter que dar uma explicação acerca do assunto, especialmente o que se referia à Divisão Financeira e Património. Recordou o que o membro Manuela Campos referira quanto ao pedido de devolução de doze mil e quinhentos euros, para evidenciar que, de facto, tinha havido engano mas, quem nunca errou, que atirasse a primeira pedra. Informou que se tinha passado uma situação idêntica com outra associação.—————

—————Prosseguiu, esclarecendo que tinham ligado para os Bombeiros Voluntários a explicar o que tinha acontecido e que também foi remetido um email a dar nota do lapso.

Lamentou a ideia de frequência de ocorrências deste género que o membro da



Assembleia Manuela Campos pretendeu passar na sua intervenção, o que não correspondia à verdade. _____

_____ Concluiu a intervenção lamentando o modo como foram tratados os funcionários/trabalhadores desta Câmara Municipal pelo membro da Assembleia Manuela Campos. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Voltou a usar da palavra para dizer que relatou com factos uma situação que tinha ocorrido no tempo, dando início, de imediato, à leitura do mail que foi endereçado pela Câmara Municipal. _____

_____ Prosseguiu a intervenção informando que não tinha dito nada em desabono dos funcionários/trabalhadores da Câmara Municipal. Reconheceu que errar era humano e que só não errava quem não fazia. Disse que não só não tinha identificado funcionários/trabalhadores, como também não tinha identificado outras situações de erro. Continuou informando que esta instituição – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato – merecia o respeito de todos e em particular do Executivo, o que não se verificava. Quanto ao email que foi enviado pelos serviços, a solicitar a devolução da verba, era de opinião que o mesmo, dado o assunto em causa, devia conter” mais do que duas linhas”. _____

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Apresentou cumprimentos. Afirmou que conhecia um pouco do nosso País, de Norte a Sul para concluir que vivemos num concelho privilegiado. _____

_____ De seguida, referiu-se aos parques industriais dizendo que o Concelho não estava assim tão mal. Prosseguiu, dizendo que concelhos de maior dimensão do que o nosso estavam em piores condições. Questionou então quantas pessoas é que viviam no nosso Concelho e não tinham trabalho. E se as há é porque não querem trabalhar já que no nosso

Concelho continua a haver muita oferta de trabalho. Referiu-se à pouca atratividade de algumas profissões, sendo que os jovens pretendem trabalhar com computadores e nos escritórios, mas não há lugar para todos, sendo necessário incentivar a mocidade a escolher profissões que lhe permitam ter trabalho garantido. _____

_____Relativamente ao número de empresas no Concelho disse que, dado o estado em que o País se encontrava e, comparativamente a outros municípios, não estávamos muito mal. _____

_____Conclui a intervenção questionando se havia alguém na sala que lhe dissesse quantas pessoas havia sem trabalho no Concelho. _____

----- Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que ia dar a palavra aos membros do Executivo apelando à sua capacidade de síntese, apesar de reconhecer que tinham uma “bateria” de questões para responder. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos. De seguida, esclareceu que ia procurar ser o mais sucinto possível nas respostas às questões que lhe tinham sido colocadas. _____

_____Em resposta ao membro da Assembleia Elisabeta Caldeira indicou que a Câmara Municipal dispõe de um plano de contingência desde o início da pandemia. Na primeira fase da pandemia, na Escola Básica Nuno Álvares, tinha sido instalado um centro de acolhimento com quarenta camas e mais uns vinte ou trinta sacos cama para os médicos e enfermeiros. Com a abertura das atividades na Escola Básica Nuno Álvares, este equipamento teve que ser retirado. A solução encontrada foi deslocalizar todo o equipamento para o pavilhão da Escola Secundária podendo, em caso de necessidade, ser montado em dez ou doze horas até porque pode ser facilmente isolado dos restantes pavilhões e dispõe de um acesso direto para o exterior do recinto escolar. _____



—————Relativamente à captação de empresas disse que gostava de ter um Concelho com mais empresas, mas sabia que estavam ou iam ser levados a efeito grandes investimentos no concelho, não os tendo identificado por não dispor de autorização para o efeito.

—————Sobre a intervenção do membro Francisco Silva referiu, quanto à criação de miradouros, que o Executivo gostava muito de criar outros miradouros, mas, por vezes, as pessoas têm terrenos abandonados, mas se a Câmara perspetiva algo para aquele lugar, os proprietários pedem valores exagerados pelos terrenos o que dificultava a concretizações de alguns projetos. —————

—————Relativamente às corridas, que tinha referido, disse que era a primeira vez que estava a ouvir falar do assunto. Informou que ia falar com o sargento da Guarda Nacional Republicana para se inteirar do ponto de situação. —————

—————Sobre a intervenção do membro Manuel António Santos, informou que a recolha do lixo estava a ser realizada dentro da normalidade, mas ainda há dias tinha recebido umas fotografias, que lhe foram enviadas pela Junta de Freguesia de Beijós, que denotavam falta de responsabilidade dos munícipes na utilização dos caixotes do lixo. —

—————Quanto à instalação dos ecopontos subterrâneos, implantados na Sede do Concelho disse, que essa instalação foi o resultado de uma candidatura ao POSEUR, tendo a mesma beneficiado de uma comparticipação limitada. —————

—————Quanto ao lixo a extravasar dos contentores disse que, salvo uma ou outra situação pontual, não têm chegado aos serviços da Câmara Municipal grande número de situações, que são reportadas de imediato ao Planalto Beirão para serem resolvidas. —

—————Prosseguiu, dizendo que são sem dúvida sete anos de mandato. Fez-se muito ou pouco? Foi aquilo que foi possível fazer. De seguida, descreveu algumas das obras que

estavam em execução no concelho concretamente a nova cobertura do bairro do Barreiro, a construção do novo canil municipal, as bancadas do campo de futebol, entre outras. —

———Quanto à dívida disse que, apesar do empréstimo agora contraído, no final do corrente mandato, a dívida ficará no valor que tinha antes da realização desse empréstimo, podendo então constatar-se em concreto quem fez efetivamente baixar a dívida e com que dimensão. Deu, como exemplo, um município que só da recolha do lixo devia meio milhão de euros o que não se passava com a Câmara do Carregal que tem todos os pagamentos em dia, o que o honra bastante. —————

———Relativamente à intervenção do membro Sandra Cortês informou que as piscinas municipais se encontravam encerradas pelo motivo que era do conhecimento todos, a COVID-19, e reafirmou que não iam abrir. —————

———Quanto ao ar condicionado da Escola Básica Nuno Álvares disse que o mesmo estava a ser instalado. —————

———Informou que estava prevista a reabertura do Centro Cultural, mas, entretanto, foi rececionada uma diretriz da Direção Geral de Saúde a dar nota que este tipo de infraestruturas não podiam abrir ao público. —————

———Quanto ao tipo de comida que era servida disse que a mesma estava de acordo com as diretrizes da DGEST e não em função do interesse da empresa. —————

———Sobre a intervenção do membro Manuela Campos e sobre o Movimento Associativo, esclareceu que a Câmara Municipal, até ao momento, não tinha cortado qualquer apoio a nenhuma associação e que a verba de cento e quarenta mil euros, que, como foi referido, era destinada para a cultura e para as Festas do Concelho foi insuficiente para os gastos com a COVID-19, nomeadamente, na aquisição de colchões, camas, batas, cobertores e lençóis. Prosseguiu, informando que as associações tinham verbas estabelecidas que não lhes iam ser retiradas. Esclareceu que algumas



associações não recebiam determinado tipo de verbas com maior celeridade porque se atrasavam na entrega dos documentos comprovativos. Deu, como exemplo, uma situação em concreto, nomeadamente a liquidação de despesas que foram realizados pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e da Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito da COVID-19, que seriam suportadas pela autarquia, mediante a entrega, por parte das associações de bombeiros, das faturas e recibos de aquisição daquele tipo de equipamentos/produtos, situação que já foi regularizada pelos Bombeiros Voluntários do Carregal e cujo pagamento já foi autorizado. Por sua vez os Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato ainda não tinham feito chegar à Câmara a documentação necessária. _____

_____ Prosseguiu a intervenção dizendo que lamentava bastante o modo como se tinha referido aos funcionários/trabalhadores da secção de obras, para relevar a complexidade de alguns processos, referindo o volume de documentos e de pareceres que era necessário reunir até que um processo para a construção de uma moradia estivesse concluído, afirmando que a culpa não era da Câmara Municipal mas de quem faz as leis. Talvez, se o membro da Assembleia Municipal tivesse conhecimento dos procedimentos, não teria falado do modo que falou, do pessoal da secção de obras. Quantos aos atrasos processuais informou que tinha conhecimento que havia projetistas que não entregavam os documentos a tempo e horas e, depois, responsabilizavam a Câmara, junto dos donos das obras, argumentando que era a Câmara que atrasava o despacho. _____

_____ Sobre a intervenção do membro Isabel Teixeira respondeu que a afirmação “Muita atenção ao Carregal e nada para as Freguesias” não correspondia à verdade. Alguns Presidentes de Junta presentes sabiam que não era verdade. Não se referindo a nenhuma em particular, acrescentou que às vezes não se fazia mais nas Juntas de

Freguesia porque algumas também não queriam fazer mais. A Câmara Municipal disponibiliza sempre, quando as Juntas solicitam, materiais de construção, ou mão de obra. —————

—————Recordou então um conjunto de obras que era para ser levado a efeito, em Beijós, na zona dos moinhos, que não foram executadas por dificuldades negociais com os proprietários. —————

—————Quanto aos caminhos florestais disse que em anos anteriores, a Câmara Municipal promovia um concurso para alugar as máquinas, que depois eram colocadas à disposição das Juntas de Freguesia. Sendo que este ano, essa verba foi distribuída pelas Juntas de Freguesia que, por sua vez, a utilizaram nos caminhos que achavam que deviam limpar. —

—————Relativamente aos pontos de água disse que a Câmara Municipal os tinha todos georreferenciados e que as entidades intervenientes no combate aos incêndios eram conhecedoras da localização de cada um deles. —————

—————Sobre a intervenção do membro Diego Garcia não teceu comentários por se tratar de uma intervenção de cariz político de âmbito nacional. —————

————— *Vice-Presidente da Câmara* – Apresentou cumprimentos. Procurando também ser breve e sintético, esclareceu em resposta a uma questão colocada pelo membro da Assembleia Francisco Silva que a votação presencial do Orçamento Participativo, que alegadamente foi retirada, não estava prevista na génese do Orçamento Participativo. Posteriormente foi considerada importante, a Assembleia votou a sua implementação, com a colocação de uma assembleia de voto em cada Freguesia, tendo uma adesão bastante reduzida. —————

—————Quanto ao “partir” o Orçamento Participativo em duas fases recordou que este assunto já foi tema de análise e debate, sendo algo difícil de destrinçar. —————



———Respondeu também ao membro da Assembleia Manuel António Santos, dizendo que, de facto, já tinham decorrido dois anos sobre o projeto vencedor de Cabanas de Viriato, mas que algumas dificuldades processuais tinham atrasado o arranque dos trabalhos. Registou que tinha conhecimento que as obras iam ter início no dia seis de outubro do corrente ano. —————

———Continuou parafraseando o membro da Assembleia Municipal Sandra Cortês, para comentar o assunto que ela tinha considerado de “...o mais chocante e melindroso que já ali tinha falado”. —————

———Começou por informar que na tarde deste dia vinte e cinco, na reunião pública da Câmara estiveram presentes alguns encarregados de educação que, de uma forma respeitosa e cívica, expuseram as anomalias que se estavam a passar com o serviço de refeições da Escola Básica Nuno Álvares. Informou que relativamente ao tema refeições, só lhe tinham sido reportadas duas situações, pelo considerava a intervenção do membro Sandra Cortês, muito empolada. Prosseguiu tecendo uma resenha histórica dos acontecimentos, reconhecendo que de facto se tinham verificado situações anómalas, nomeadamente que tinha havido falta de comida, a necessidade de confeccionar mais comida que não tinha chegado para todos. Realçando que os pais tinham razão no seu descontentamento já que factos são factos e que, contra factos não há argumentos. —

———No entanto, transmitiu a sua indignação relativamente ao modo como alguns encarregados de educação, no contexto em apreço, se tinham referido a pessoas e instituições postura que, como referiu, lhes retirava toda a razão. Deu conta do bom relacionamento que existe entre a Câmara Municipal e a empresa que fornece as refeições, que, de imediato, mostrou disponibilidade para implementar soluções de modo

a resolver as anomalias o que se espera venha a acontecer a partir da próxima semana, tendo a empresa contratado já uma nova cozinheira. _____

_____Disse, ainda, que o membro Manuel António Santos o tinha acusado, muitas vezes de recorrer ao passado, mas verificava agora que também ele recorria ao passado. Lançou então o repto ao membro Manuel António Santos para lhe enumerar as obras emblemáticas que tinham sido levadas a cabo no mandato que tinha antecedido esta maioria, tendo-lhe reclamado não duas, mas uma obra de envergadura que tivesse sido executada nesse período. _____

_____Recordou os “quatro pilares” que o membro Manuel António Santos tinha identificado nas linhas orientadoras do programa do Partido Socialista às últimas eleições para reafirmar que o caminho continuava a ser trilhado. _____

_____No espaço das obras emblemáticas realizadas pelo anterior executivo referiu que ainda estavam a ser pagas, nomeadamente os Paços do Concelho, as Piscinas Municipais e a Biblioteca Municipal. Acrescentou que teve mérito quem as mandou executar mas que não se devia esquecer quem as continuava a pagar. _____

_____ *Presidente da Assembleia Municipal* – Interveio para referir que, tal como o membro da Assembleia Manuel António Santos, também ele não acolhia de bom grado os aditamentos à ordem de trabalhos considerando, no entanto, que, por vezes, não era possível contornar as situações em virtude da urgência dos assuntos. E que na sua perspetiva, que era também a da Assembleia por ter viabilizado a adenda proposta, estava aqui para fazer parte da solução e não parte do problema. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal aceitou novas intervenções. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Pretendeu saber se as associações iam ter apoios extra. Disse ainda que nas associações dos Bombeiros Voluntários há voluntários e portanto se foram pedidos documentos e houve atrasos há



que compreender essa situação. Relativamente ao funcionamento à secção de obras limitou-se a “dar voz” a algo que toda a gente comenta e que tem consequências para todos nós. _____

——— *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Afirmou que vivemos e trabalhamos a meia hora de tudo. Mas constata que a Câmara Municipal não tem uma estratégia de captação e aliciamento de empresas. Certamente com outros tipos de incentivos, por exemplo, metro quadrado mais acessível nos parques industriais, seria mais fácil captar empresários para aqui investir. Verifica-se que outros concelhos progredem e aqui quando se sai à rua só vê desalento. Também as empresas do concelho não propiciam vencimentos que sejam atrativos. _____

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Relativamente à situação do ar condicionado no Centro Educativo disse que as obras são feitas com contratos, que têm prazos implícitos para a sua conclusão, que é preciso fazer cumprir. Os contratos, tem início e fim. Disse que nada tinha acrescentado à questão das refeições já que o essencial é que faltou comida para os alunos. Disse que tinha filhos a que faltaram as refeições e que isso lhe doía, por isso salientou que se tinha acrescentado alguma coisa tinham sido sentimentos. _____

——— *Manuel António Tavares Santos* – Sublinhou a não concordância do Presidente da Assembleia relativamente às adendas à última da hora à ordem de trabalhos. Relativamente às obras emblemáticas disse que, por vezes, até parece que quando o Partido Social Democrata foi poder nunca houve obra feita. Porém reconheceu que o Vice-Presidente da Câmara tinha, na sua resposta, esclarecido essa situação. _____

——— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Afirmou que não tinha dito que o Partido Social Democrata não tinha obra feita. Referira apenas que não houve obras

emblemáticas nos últimos quatro anos do governo autárquico do Partido Social Democrata. Em mandatos anteriores, houve obra feita mas ficou a fatura para pagar. Disse que não comenta sentimentos, mas que sobre a questão das refeições no Centro Educativo apenas tinham sido reportadas duas situações, além da do próprio dia, não se tratando, pois, de uma situação permanente. _____

_____2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA _____

_____APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. Foi entendimento que a Assembleia Municipal iria prescindir da apresentação deste ponto, devendo o Executivo responder às questões que viessem a ser colocadas. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Com base na página cinco desta Informação questionou a verba que consta no documento sobre prestação de serviços no âmbito da Estratégia Local de Habitação. _____

_____O Vice-Presidente da Câmara respondeu que se trata da adjudicação a uma empresa para elaboração da Estratégia Local de Habitação. _____

_____Não tendo sido registadas mais inscrições para debate deste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____3. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS _____



—————3.1 DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da Ação Social, tendo em conta o preceituado no Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Explicitou as razões pelas quais Câmara Municipal entendia que não estavam reunidas as condições para se aceitar em dois mil e vinte e um as transferências de competências nas áreas da Ação Social, da Educação e da Saúde, que estavam expressas na documentação de suporte que todos os membros da Assembleia conheciam. —————

—————O Presidente da Assembleia declarou aberto o espaço de debate, tendo pedido para usar da palavra: —————

—————*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Apresentou cumprimentos. Relativamente à Saúde e à Educação disse compreender que deveria haver alguma cautela, dado que são mais ou menos conhecidos os encargos financeiros com obras a realizar, que a assunção destas competências pode trazer para os municípios. Contudo, o mesmo não se passa com a área da Ação Social, onde se desconhece quais são os ónus financeiros que a assunção desta transferência acarreta. Afirmou também que a situação financeira do País não vai melhorar nos próximos tempos e por isso o Estado terá dificuldade em transferir para as autarquias os novecentos milhões de euros, previstos no âmbito desta transferência de competências. Na sua perspetiva as obras a realizar, como já agora acontece, no âmbito da Saúde, como no âmbito da Educação, só

serão viáveis com participações dos fundos comunitários. Contudo, as pequenas reparações precisam de concretização imediata e por isso a partilha de responsabilidades entre o estado central e o estado local é uma necessidade para resolver estas pequenas obras urgentes. Entende que o adiamento destas transferências vai ser prejudicial para as populações, na medida em que os problemas ficarão adiados não sendo a sua resolução assumida nem pelo poder central nem pelas autarquias. Não pondo em causa a estratégia do Executivo de não assumir para já estas responsabilidades na área da Educação, da Saúde e da Ação Social para amanhã poder vir a receber uma verba mais avultada, entende que tal não pode servir para justificar a não realização de pequenas obras urgentes. _____

_____ Se vamos um dia assumir essas responsabilidades, é necessária uma parceria para se realizarem desde já as pequenas obras. Porque o adiar, o não assumir estas responsabilidades, só prejudica os munícipes. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Afirmou que a posição de não aceitação das transferências das competências em dois mil e vinte e um resulta de não estarem definidas as situações com clareza e enquanto não houver uma clarificação cabal é entendimento da Câmara Municipal que não se devem assumir responsabilidades no escuro, que se podem revelar muito onerosas para o município. Também não pode aceitar a argumentação expressa pelo membro da Assembleia Paulo Catalino uma vez que a Câmara não tem neste momento responsabilidades na Saúde nem nas escolas básica e secundária; só tem no Centro Educativo e aí nada falta porque a câmara assume as suas responsabilidades. Mas colaboramos com o Estado como, por exemplo, no concurso para retirar o fibrocimento, em que a Câmara vai ser a dona da obra. Não queremos adiar,



mas só quando dialogarmos com os responsáveis governamentais por essas áreas, só quando tudo ficar clarificado, o que não acontece neste momento, é que poderemos aceitar esta transferências de competências. _____

_____Esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal lembrou que se iria votar a proposta da Câmara Municipal que consistia na não aceitação, no ano de dois mil e vinte e um, da transferência de competências na área da ação social e colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado:_____

_____ - Contra – 0 (zero) votos;_____

_____ - Abstenções – 1 (um) voto;_____

_____ - A favor – 19 (dezanove) votos._____

_____Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e dezanove votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal no sentido de não aceitar, no ano de dois mil e vinte e um, a transferência de competências no domínio da Ação Social, com fundamento no número dois, do artigo vigésimo quarto, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____3.2 DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal apesar de considerar que este ponto já tinha sido analisado e debatido no âmbito do ponto anterior, declarou aberto um espaço

para novas intervenções. _____

_____ Não havendo novas inscrições e esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal lembrou que se iria votar a proposta da Câmara Municipal que consistia na não aceitação, no ano de dois mil e vinte e um, da transferência de competências na área da Educação e colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ - Abstencões – 1 (um) voto; _____

_____ - A favor – 19 (dezanove) votos. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e dezanove votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal no sentido de não aceitar, no ano de dois mil e vinte e um, a transferência de competências no domínio da Educação, com fundamento no número três do artigo septuagésimo sexto, do Decreto-Lei número vinte e um barra dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, na redação dada pelo artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e seis barra dois mil e vinte, de doze de agosto, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ 3.3 DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA SAÚDE. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal apesar de considerar que este ponto já tinha sido analisado e debatido no âmbito do ponto três um, declarou aberto um espaço



para novas intervenções. _____

_____ Não havendo novas inscrições e esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal lembrou que se iria votar a proposta da Câmara Municipal que consistia na não aceitação, no ano de dois mil e vinte e um, da transferência de competências na área da Saúde e colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado. _____

_____ - Contra – 0 (zero votos); _____

_____ - Abstenções – 1 (um) voto; _____

_____ - A favor – 19 (dezanove) votos. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e dezanove votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal no sentido de não aceitar, no ano de dois mil e vinte e um, a transferência de competências no domínio da Saúde, com fundamento no número três, do artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número vinte e três barra dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, na redação dada pelo artigo terceiro, do Decreto-Lei número cinquenta e seis barra dois mil e vinte, de doze de agosto, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS.** _____

_____ DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO

SOCIAL. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à transferência de competências para as entidades intermunicipais, ou seja, para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, tendo em conta o preceituado no Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto. _____

_____ *Presidente da Câmara* – Esclareceu que a posição da Câmara favorável à transferência destas competências resultava de, nesta matéria, haver uma clarificação do que estava em causa o que também merecia a concordância do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. _____

_____O Presidente da Assembleia lembrou o conteúdo de uma ata desse Conselho, enviada na documentação de apoio a esta sessão, onde este conselho intermunicipal se mostrava disponível para a aceitação destas competências, no domínio da Ação Social, sendo necessário o acordo prévio dos diversos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. _____

_____O Presidente da Assembleia declarou aberto o espaço de debate. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Pediu esclarecimentos sobre que tipo de competências seriam transferidas para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, tendo sido esclarecido que eram competências do Poder Central que passavam para a Comunidade Intermunicipal e que permitiam que esta entidade pudesse concorrer aos fundos comunitários. _____

_____Não havendo inscrições e esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 0 (zero votos); _____



_____ - Abstenções – 1 (um) voto; _____

_____ - A favor – 19 (dezanove) votos. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do membro Diego Enrique Rodrigues Garcia e dezanove votos a favor dos restantes membros, a emissão do acordo prévio para a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no ano de dois mil e vinte e um, no domínio da Ação Social, com fundamento no artigo vigésimo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto e nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **5. MAPA DE PESSOAL** _____

_____ 1.^a ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2020. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de alteração do Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Fez uma apresentação sucinta do tema, explicitando as razões desta alteração ao mapa de pessoal, que estavam vertidas na documentação de suporte que tinha sido distribuída aos membros da Assembleia Municipal. _____

_____ O Presidente da Assembleia declarou aberto o espaço de debate. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Referiu que na Informação escrita se falava numa mobilidade interna de uma funcionária da Câmara Municipal de Viseu para a

Câmara Municipal de Carregal do Sal, tendo sido esclarecido que se tratava de uma situação distinta da que estava em apreço, tendo a funcionária que veio do município de Viseu sido colocada no Balcão Multisserviços e que veio ocupar uma vaga que estava disponível no quadro de pessoal da Câmara. _____

_____Esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal lembrou que, com esta alteração, se aditava ao mapa de pessoal um posto de trabalho de técnico superior e um posto de trabalho de assistente técnico e colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado. _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ - Abstencões – 0 (zero) votos; _____

_____ - A favor – 20 (vinte) votos. _____

_____Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à primeira alteração do Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____6. **PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS**_____

_____APOIO À NATALIDADE – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à bancada do Partido Socialista para fazer a apresentação da proposta de Apoio à Natalidade. _____

_____Francisco Azevedo Silva – Usou da palavra para apresentar e justificar esta proposta do Partido Socialista, de acordo com o documento que tinha sido enviado a todos os membros da Assembleia Municipal. _____



———Disse que a Europa, Portugal e o nosso Concelho estão envelhecidos e que Portugal era um dos países onde nascem menos bebés, não ficando o nosso concelho à margem desta regra. Disse que precisamos de políticas que vão em sentido contrário e procurem inverter esta tendência. Especificou os incentivos à natalidade que esta proposta inclui e embora reconhecendo que isto não iria resolver de imediato o problema, realçou que são necessárias medidas concretas pois devemos passar dos princípios à prática. Com esta proposta procura-se apoiar a natalidade mas simultaneamente apoiar e dinamizar o comércio local, num momento particularmente difícil como o que vivemos. O Partido Socialista pretende que seja uma proposta conjunta e abrangente que suscite consenso entre todos os grupos municipais e a Câmara. Sintetizou dizendo que eram pequenos gestos e pequenas ações que podem ajudar a reverter a queda demográfica que atravessamos. —————

——— *Carina Isabel Pereira Pessoa* – Apresentou cumprimentos. Afirmou que, como jovem, futura mãe e munícipe do nosso concelho, concordava com o que foi referido pelo Francisco Silva. Referiu que a necessidade de políticas de incentivo à natalidade são neste momento preponderantes e necessárias para a fixação dos jovens. Os jovens vivem tempos de incertezas e de medo, que dificultam a sua tomada de decisão para constituir família, de ter filhos, de escolha do local para residir, sendo natural que escolham os lugares mais atrativos, os lugares onde melhor possam crescer e desenvolver-se. ———

———Pessoalmente, afirmou que gostava de ficar no Concelho aqui constituir família e prosseguir carreira profissional. Continuou referindo que é necessário olhar para as necessidades dos jovens, para os seus anseios e por isso seria bom desenvolver um plano concreto de incentivo e de apoio aos jovens que podem ser medidas simples, pequenas atitudes, pequenos gestos, sendo que, nesta fase, qualquer gesto é preponderante e tem

um grande significado. _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Considerou que a bancada municipal do Partido Social Democrata concorda com o apoio à natalidade uma vez que este apoio pode contribuir para a fixação da população, nomeadamente da população mais jovem. Mas, o que o Partido Socialista apresenta é apenas um plano de intenções; não se vislumbram os custos que esta iniciativa pode acarretar, nem onde se vai buscar o dinheiro para a sua concretização. Mas o Partido Social Democrata está disponível para dialogar na procura de uma solução completa e global. Tratando-se apenas de um plano de intenções, o Partido Social Democrata vai abster-se, mas manifesta a sua disponibilidade para, num debate alargado às várias bancadas municipais, se encontrar uma solução capaz, uma moção com “cabeça tronco e membros”, que se traduza num apoio efetivo à natalidade. _____

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Referiu que pedir não custa. E embora concordando que se desse apoio à natalidade, via nesta proposta intenções políticas, questionando quantas pessoas no Concelho precisam efetivamente deste apoio. Disse que esta proposta revelava as divisões internas do Partido Socialista e questionou quais os custos desta medida, uma vez que não nos é apresentado um valor em concreto da despesa que este apoio à natalidade vai trazer. _____

_____ *Cilene Gomes Lindinho* – Apresentou cumprimentos. Salientou que a proposta era do Partido Socialista, que foi adequadamente apresentada pelo membro Francisco Silva e, embora o seu nome apareça num email, não era uma proposta sua. Referiu que intencionalmente não foram avançados valores para se poder negociar com a Câmara Municipal, sendo, contudo, positivo dar um sinal às famílias. _____

_____ *Isabel Clara Amaral Teixeira* – Elogiou o membro Francisco Silva pela apresentação desta proposta e referiu que considerava vantajoso que se procurasse um



consenso com todas as bancadas municipais, promovendo a elaboração de um Regulamento feito com o contributo de todos, que permita que este apoio se concretize. Frisou que é uma mais valia haver um efetivo apoio à natalidade no nosso concelho. —

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Referiu que iria procura clarificar a proposta em discussão. Disse que havia duas formas de colocar este tema: uma apresentando o documento, o regulamento e os custos, mas isso seria um projeto apenas da bancada do Partido Socialista. Foi preferível seguir outra estratégia: discutir e aprovar inicialmente o princípio, isto é, saber se deve, ou não, o município apoiar a natalidade. Se houver concordância com o princípio, a questão de Regulamento é um problema menor que facilmente se supera, com a criação de um grupo de trabalho, integrando todos os grupos municipais e a Câmara Municipal, para elaborar esse documento que pode ser uma compilação de quatro ou cinco Regulamentos de outros municípios que já estão elaborados e em vigor. Numa matéria que se mostra tão abrangente, trouxemos ao debate e à decisão primeiro o princípio e com colaboração de todos iremos agora discutir a sua operacionalização, de forma a que o próximo orçamento inclua já uma verba aceitável por todos. Tendo, no ano passado, havido vinte e três nascimentos no Concelho, se falarmos de um apoio de dois mil euros ano por casal estamos perante um investimento de cerca de quarenta mil euros, se se tratar de atribuir quinhentos euros por casal ano estamos perante uma verba de dez mil euros. Tudo vai depender do entendimento do que a Câmara pode disponibilizar e do entendimento dos representantes dos grupos municipais. Referiu que o que se pretende é a colaboração de todos para a implementação de uma medida abrangente, que dê um sinal às famílias. dizendo-lhes que podem contar com o Município num momento tão difícil como o que atravessamos, sendo que este apoio para as famílias mais carenciadas é preponderante e faz toda a diferença. —————

———*Manuel António Tavares Santos* – Recordou que anteriormente o Partido Social Democrata já tinha apresentado uma proposta de apoio à natalidade que o Partido Socialista então inviabilizou e afirmou que se houvesse vontade do Partido Socialista para cooperar com todas as forças políticas teria outra postura e devia fazê-lo previamente à apresentação da proposta. Ora, agora é que quer inverter a situação e pretende alargar a participação às outras forças políticas. Porque o que nos é apresentado e o que temos que votar é uma proposta concreta, que está inscrita na ordem do dia. Ora esta proposta, como já foi referido, não passa de um rol de intenções. Mas, como estamos interessados em apoiar a natalidade, manifestamos a nossa disponibilidade para nos sentarmos à mesa de negociações e procurarmos chegar a um consenso sobre esta matéria. ———

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Referiu que, como não integrava a Assembleia Municipal no mandato anterior, não se sentia vinculado a qualquer posição que o Partido socialista possa ter tomado sobre esta matéria. Referiu que o importante era termos o princípio de apoio à natalidade aprovado para se prosseguir com o processo, o que vai ser feito no grupo de trabalho constituído pelos grupos municipais e pela Câmara Municipal, sentados todos à mesma mesa, para elaborar o Regulamento que concretize este apoio já no próximo ano. —————

———Esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado. —————

——— Contra – 0 (zero) votos; —————

——— - Abstenções – 6 (seis) votos; —————

——— A favor 14 (catorze). —————

———Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por



maioria, com seis abstenções, dos membros Manuel António Tavares Santos, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista e José Manuel Lopes Flório e catorze votos a favor dos restantes membros, a proposta referente ao Apoio à Natalidade, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ Na sequência da deliberação tomada o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou uma proposta de constituição de um grupo de trabalho para elaboração do Regulamento de Incentivo à Natalidade. _____

_____ De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em apreciação a entrada desta proposta. Não havendo inscrições para o debate, foi colocada em votação a entrada desta proposta, tendo a sua admissão sido aprovada por unanimidade. _____

_____ Declarou aberta a discussão desta proposta. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para informar que a Câmara Municipal não se faria representar nesse grupo de trabalho. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Solicitou um ponto de ordem à Mesa, que lhe foi concedido, para reafirmar que havia uma proposta para ser votada que estipulava qual a composição do Grupo de Trabalho (um representante de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Municipal e um representante da Câmara Municipal). Se a Câmara entender que não deve estar presente poderá fazê-lo. Referiu ainda que a Assembleia era o órgão deliberativo e o que for decidido pela Assembleia Municipal deve ser posto em prática pelo Executivo, sendo que a vantagem da inclusão do elemento do executivo era saber qual a disponibilidade financeira da Câmara para a concretização desta iniciativa. _____

———*Presidente da Câmara Municipal* – Referiu que o representante da Câmara Municipal nesse Grupo de Trabalho não teria competências para assumir uma posição, já que o que vier a ser definido terá de ser presente a uma reunião da Câmara para então se tomar uma decisão. Salientou que a Câmara não estava a fugir à colaboração, mas que não lhe parecia adequado um elemento do executivo estar a tomar uma posição e depois poder vir a ser desautorizado. —————

———*José Manuel Lopes Flórido* – Afirmou que lhe parecia que se estava mais perante uma ação de propaganda do que outra coisa e que o Partido Socialista, apesar de ter maioria, não é dono do Concelho e por isso antes de tomar esta iniciativa devia reunir com os outros grupos municipais. Salientou que era favorável ao apoio à natalidade. —————

———*Presidente da Assembleia Municipal* - Esgotado o período de debate, esclareceu que se ia votar a proposta que tinha dado entrada na Mesa. Disse ainda que o Grupo de Trabalho vai elaborar uma proposta e dialogar com a Câmara Municipal para que esta, depois, possa assumir uma decisão, que seja incluída no orçamento para o ano de dois mil e vinte e um. Referiu, ainda, que a Assembleia Municipal não elabora o Orçamento, quem elabora o Orçamento é a Câmara Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua aprovação. —————

———Feita a votação obteve-se o seguinte resultado: —————

——— Contra – 0 (zero) votos; —————

——— - Abstenções – 0 (zero) votos; —————

——— - A favor 20 (vinte). —————

———Assim, decorrida votação nominal, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade criar uma Comissão para elaboração do Regulamento de Incentivo à Natalidade, com a representação de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal e de um representante da Câmara Municipal. —————



7. **CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS**

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADO CARREGAL DO SAL. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Contrato Interadministrativo Sistema de Informação Cadastral Simplificado Carregal do Sal - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Presidente da Câmara Municipal – Fez a apresentação deste tema, realçando que se tratava de um objetivo há muito ambicionado que era a realização do cadastro rural e que se decidiu ser a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões a assumir esta candidatura em nome dos catorze municípios que a constituem. Essa candidatura é comparticipada em oitenta e cinco por centos pelos fundos comunitários. Referiu também que a legislação consagra este cadastro rural como facultativo, quando deveria ser obrigatório. Ao nosso Concelho cabe uma responsabilidade financeira de cento e setenta mil euros anuais. Esta verba destina-se ao pagamento de dois funcionários móveis e um fixo que vão elaborar o cadastro, tendo a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões uma viatura móvel que se deslocará às aldeias para aí se fazer o cadastro rural.

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o debate, tendo ele próprio questionado se, depois do trabalho realizado, seria possível aos proprietários dos prédios rústicos terem acesso a esse cadastro, tendo-lhe sido respondido que era possível desde que os tivessem registado.

Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz – Questionou se a verba que constava

da documentação de apoio a esta sessão, no valor de cento e setenta mil euros por ano, iria ser assumida pelo orçamento municipal. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu que, devido à comparticipação dos fundos europeus ser de oitenta e cinco por cento, o orçamento camarário assumiria os restantes quinze por cento. _____

_____ Esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado. _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ - Abstenções – 0 (zero) votos; _____

_____ - A favor – 20 (vinte) votos. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente ao Contrato Interadministrativo Sistema de Informação Cadastral Simplificado Carregal do Sal - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ 8. **EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS** _____

_____ FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO DOUTO TRIBUNAL DE CONTAS. CUMPRIMENTO DO N.º 2, DO ARTIGO 51.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Empréstimos de Médio e Longo Prazos – Fiscalização Prévia do Douto Tribunal de Contas. Cumprimento do número dois do artigo quinquagésimo primeiro da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. _____



—————*Vice-Presidente da Câmara* – Fez a apresentação sucinta deste tema, referindo que se tratava de uma exigência do Tribunal de Contas para se cumprir, a parte final do nº 2 do art. 51º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na redação atual. Disse que o facto da Câmara não ter, felizmente, feito empréstimos recentemente levou a esta situação. Na verdade, o Tribunal de Conta coloca ao município questões de índole documental, concretamente devido a uma imposição legal, ou seja, o Tribunal de Contas quer uma deliberação inequívoca, quer da Câmara quer da Assembleia, sobre as despesas do investimento que ultrapassam per si dez por cento das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de dois mil e vinte. Estamos a falar de apenas dois investimentos: A ETAR de Currelos e a Casa do Passal. Poder-se-ia ter argumentado que estes investimentos tinham sido analisados e aprovados quer em reunião de Câmara quer em reunião da Assembleia Municipal.—————

—————Contudo, entendeu-se que não seria apropriado argumentar contra o Tribunal de Contas e por isso o executivo decidiu trazer o assunto novamente a esta Assembleia e solicitar a aprovação de uma deliberação que especificamente cumpra o que está estabelecido no número dois do artigo quinquagésimo primeiro da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. —————

————— *Presidente da Assembleia Municipal* – Reforçou o que havia sido dito. Na verdade, estes investimentos constavam do Plano Plurianual de Investimentos que a Assembleia oportunamente discutira e aprovara e também tinham sido debatidos e aprovados quando, na Assembleia ordinária de fevereiro, se tratou dos empréstimos para assegurar a compartida nacional para esses investimentos. —————

—————Esclareceu ainda que o que estava em causa era autorizar, de forma expressa, como já havia sido dito, a realização dos dois investimentos que ultrapassam *per si* 10%

(dez por cento) das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de dois mil e vinte, ou seja a “Reestruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos” e a “Musealização da Casa do Passal” .

——— Especificou, de seguida o total de despesas de investimentos previstas no exercício de dos mil e vinte, o investimento global da “Reestruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos, o investimento global da “Musealização da Casa do Passal” e o valor dos respetivos empréstimos.

———O Presidente da Assembleia declarou aberto o espaço de debate, tendo pedido para usar da palavra:

———*Manuel António Tavares Santos* – Informou que, em consonância com a decisão tomada na sessão de fevereiro, aquando da aprovação dos empréstimos, a bancada do Partido Social Democrata iria tomar uma decisão idêntica e por isso iria manter a abstenção.

———*Vice-Presidente da Câmara* – Referiu que a intervenção do membro da Assembleia Manuel António continha algumas incorreções, referindo que não é o empréstimo que está a ser apreciado, mas sim o investimento. E, não querendo condicionar o sentido de voto de ninguém, realçou que se vai votar a intenção de investimento, sendo que sobre o empréstimo já conhecemos a posição do Partido Social Democrata assumida em fevereiro, mas o Partido Social Democrata está a afirmar que vai abster relativamente ao empréstimo.

———Depois destas explicações a bancada do Partido Social pediu uma interrupção da sessão, o que lhe foi concedido.



————Retomados os trabalhos, a bancada do Partido Social Democrata informou que, face às explicações apresentadas, iria viabilizar esta proposta. -----

————*Presidente da Assembleia* – Para um esclarecimento cabal da situação leu deliberação que iria ser votada: A Assembleia Municipal autoriza, de forma expressa, a realização dos dois investimentos que ultrapassam *per si* 10% (dez por cento) das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de dois mil e vinte, ou seja a “Reestruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos” e a “Musealização da Casa do Passal”, cujo processo de empréstimo para financiamento da contrapartida nacional também já foi aprovado na Assembleia Municipal ordinária de Fevereiro. -----

————Cumpre-se, assim, a parte final do número dois do artigo quinquagésimo primeiro da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. -----

————O Presidente da Assembleia Municipal colocou então, este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado. -----

———— - Contra – 0 (zero) votos; -----

———— - Abstenções – zero (zero) votos; -----

———— - A favor – 20 (vinte) votos. -----

————Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade autorizar, de forma expressa, a realização dos dois investimentos que ultrapassam *per si* (dez por cento) das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de dois mil e vinte, ou seja, a “Reestruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos” e a “Musealização da Casa do

Passal”, cujos processos de empréstimo para financiamento da contrapartida nacional também já foram aprovados na Assembleia Municipal ordinária de fevereiro de dois mil e vinte, cumprindo-se, assim, a parte final do número dois do artigo quinquagésimo primeiro da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, na sua redação atual (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____9. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**_____

_____ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO._____

_____O Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público, aceitando inscrições. _____

_____Inscreveu-se para usar da palavra o munícipe António Jorge Ribeiro de Figueiredo.

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Apresentou cumprimentos. Começou a sua intervenção abordando a questão dos percursos pedestres que existem no Concelho e que deveriam ser aproveitados e potenciados. Sugeriu que sejam devidamente publicitados nomeadamente no portal do município: quais são, onde se situam, quais as distâncias que têm.... Disse que há um investimento que não está a ser devidamente potenciado. Considerou positivo o que disse o membro Francisco Silva relativamente ao miradouro, local que conhece e apelidou de melhor spot do Concelho, com uma vista deveras sensacional. _____

_____Relativamente à vacinação de canídeos era seu entendimento que não correspondia às necessidades dos munícipes pela razão de ocorrer apenas nas sedes das Juntas de Freguesia o que dificultava o processo de vacinação destes animais. Na sua perspetiva “uma “descentralização” desta atividade seria benéfica, ou seja, o veterinário municipal deveria deslocar-se as diversas localidades e aí proceder à vacinação. _____



_____ Finalmente sobre a COVID-19 afirmou que nem sempre ser original é a melhor estratégia e entende que a estratégia do Município não vai ao encontro das expectativas dos munícipes. Referiu que outros municípios de forma simples fazem uma comunicação diariamente, indicando o número de infetados, de mortos etc.; fazendo-o de forma célere e fidedigna. Entende, pois, que a estratégia do Município de dar conhecimento da situação semanalmente deve ser reequacionada. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu a esta intervenção do munícipe Jorge Figueiredo dizendo que os comunicados da Câmara sobre o COVID-19 felizmente têm sido semanais pois isso significa que a situação no Concelho não é muito grave. Mas se as coisas pioraram e evoluírem negativamente, claro que os comunicados terão de ser feitos com mais assiduidade. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Sobre os percursos pedestres referiu que não estavam a ser publicitados e rentabilizados porque não estão homologados. Só após a sua homologação será feita uma divulgação mais intensa e certamente terão um melhor aproveitamento. Relativamente à vacinação de canídeos, a situação descrita resulta de um imperativo legal que obriga a um acesso à internet o que acontece em regra nas Sedes de Freguesia sendo esse o motivo que se determinou a presente situação. Temos, naturalmente, que equacionar uma solução para a dificuldade que alguns munícipes têm de se deslocar à sede da freguesia. _____

_____ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu aos Secretários para

procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três (três ponto um; três ponto dois; e três ponto três), quatro, cinco, seis, sete e oito. _____

_____Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Cilene Gomes Lindinho, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Sónia Marisa Freitas Nascimento, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. _____

_____Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram uma hora e cinco minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte. _____

_____E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes



CARREGAL DO SAL

Livro 14

Fl. _____

A Primeira Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira

O Segundo Secretário,

Carlos Alexandre Pais Baptista